



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

19/11/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CÂMARA CÍVEL.....	1 - 2
1.2. INSTITUCIONAL.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CÂMARA CÍVEL.....	4 - 5
2.2. INSTITUCIONAL.....	6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CÂMARA CÍVEL.....	7
3.2. INSTITUCIONAL.....	8
3.3. JULGAMENTOS.....	9 - 10
3.4. TRIBUNAL DO JÚRI.....	11
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. COMARCAS.....	12
4.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	13
4.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	14 - 17
5. JORNAL EXTRA	
5.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	18
5.2. JULGAMENTOS.....	19
5.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	20 - 21
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. FORAGIDOS.....	22
6.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	23
6.3. TRIBUNAL DO JÚRI.....	24
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	25 - 30
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. TRIBUNAL DO JÚRI.....	31
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. CÂMARA CÍVEL.....	32 - 33
9.2. DESEMBARGADORES.....	34 - 36
9.3. FORAGIDOS.....	37
9.4. INSTITUCIONAL.....	38 - 39
9.5. JUIZADOS ESPECIAIS.....	40
9.6. JULGAMENTOS.....	41
9.7. SISTEMA CARCERÁRIO.....	42 - 44

Concessionária terá de trocar carro defeituoso de cliente

A concessionária Montecarlo terá 48 horas para entregar um carro novo a uma cliente prejudicada com a compra de veículo defeituoso. A decisão é da 1ª Câmara Cível do TJ, em sessão desta quinta-feira, 18. A relatora do recurso, desembargadora Raimunda Bezerra, entendeu acertada a decisão da juíza, considerando que os documentos demonstram suficientemente que o veículo padeceu de defeitos e colocou em risco a vida da proprietária, não servindo para as funções que deveria.



► **Desembargadora Raimunda Bezerra**

TJ PUNE CONCESSIONÁRIA EM SÃO LUÍS/MA

A concessionária da marca Citroën, em São Luís/MA, tem 48 horas para entregar um carro novo a uma cliente prejudicada com a compra de veículo defeituoso. A decisão é da 1ª Câmara Cível do TJ, em sessão ontem, 18. A proprietária adquiriu veículo zero quilômetro em maio de 2008, modelo C3 Exclusive, valor de R\$ 46 mil. Na ação que moveu contra a concessionária alegando defeitos ocultos no automóvel e sua inutilidade, a cliente alegou que cinco meses depois o carro passou a apresentar problemas, provocando uma colisão numa situação em que os freios falharam. Posteriormente, por várias vezes o veículo foi entregue à concessionária para correção de problemas, como não ligamento, liberação de fumaça e paradas repentinas.

A juíza da 3ª Vara Cível da Capital, Maria José França Ribeiro, em antecipação, definiu o prazo de 48 para que a empresa realizasse a troca por um veículo novo e sem defeitos, decisão da qual a concessionária recorreu ao TJ. A relatora do recurso, desembargadora Raimunda Bezerra, entendeu acertada a decisão da juíza, considerando que os documentos demonstram suficientemente que o veículo padeceu de defeitos e colocou em risco a vida da proprietária, não servindo para as funções que deveria.

O vereador de São Luís, Chico Viana encaminhou ao presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, cópia da Lei Municipal 5.326/2010 que determina as regras para cobrança de taxa de manutenção; exigências para administração e desapropriação dos restos mortais de cadáveres sepultados nos cemitérios públicos no âmbito da cidade de São Luís, sancionada pelo prefeito municipal, João Castelo Ribeiro Castelo.



➡ Vereador Chico Viana

Concessionária terá de trocar carro defeituoso de cliente

A concessionária Montecarlo terá 48 horas para entregar um carro novo a uma cliente prejudicada com a compra de veículo defeituoso. A decisão é da 1ª Câmara Cível do TJ, em sessão de ontem, 18.

A proprietária adquiriu em maio de 2008 um veículo zero quilômetro, modelo C3 Exclusive, da marca Citroen, no valor de R\$ 46 mil. Segundo alegou, cinco meses depois o automóvel passou a apresentar problemas, provocando uma colisão numa situação em que os freios falharam.

Posteriormente, por várias vezes o veículo foi entregue à concessionária para correção de problemas, como não ligamento, liberação de fumaça e paradas repentinas. Numa dessas ocasiões, a empresa teria sugerido que a cliente solicitasse à seguradora a troca do motor, que não estaria funcionando.

A cliente entrou com ação

judicial alegando defeitos ocultos no automóvel e a sua inutilidade. A juíza da 3ª Vara Cível da Capital, Maria José França Ribeiro, em antecipação, definiu o prazo de 48 horas para que a empresa realizasse a troca por um veículo novo e sem defeitos, decisão da qual a concessionária recorreu ao TJ.

A relatora do recurso, desembargadora Raimunda Bezerra, entendeu acertada a decisão da juíza, considerando que os documentos demonstram suficientemente que o veículo padecia de defeitos e colocou em risco a vida da proprietária, não servindo para as funções que deveria.

A magistrada destacou ainda o valor desembolsado pela cliente, que necessita do automóvel em bom funcionamento para exercer suas atividades cotidianas e profissionais, o que demonstra a necessidade da substituição ou devolução do valor pago.

Verba do Ministério da Saúde para Imperatriz deve ser desbloqueada

O valor de 7 mil reais da conta de verba destinada pelo Ministério da Saúde ao município de Imperatriz deve ser desbloqueado pela justiça. A quantia estava indisponível para garantir que caso a internação de uma criança de 8 meses numa UTI não fosse possível em algum dos hospitais da rede pública, esta se desse em um particular.

A decisão foi unânime dos desembargadores Cleones Cunha (presidente), Lourival Serejo e Marcelo Carvalho, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), reunidos na manhã de ontem, 18.

Quando concedeu a liminar de internação da menor M. G. dos S. L., o juiz Delvan Tavares (Vara da Infância e Juventude de Imperatriz) justificou o pedi-

do para o bloqueio do valor, alegando que ao Estado cabe o dever de garantir o tratamento de saúde daqueles que dele necessitam.

Caso não houvesse vagas em um de seus hospitais, deveria arcar com a despesa deste tratamento em hospital particular. Em parecer, o Ministério Público (MP), autor do processo, opinou pelo bloqueio como forma de obrigar o Município a obedecer à justiça quanto à imediata internação da paciente.

O desembargador Lourival Serejo, relator do recurso proposto pelo Município, avaliou que o bloqueio é uma medida extrema e só deve ser tomada quando não há cumprimento da ordem, o que neste caso não ocorreu. Portanto, votou pelo desbloqueio, mantendo no restante a decisão do juízo

de 1º grau, que era de imediata internação da criança (num prazo de 2 horas) e multa de 1 (hum) mil reais por dia de descumprimento.

JOÃO LISBOA - A criança natural de João Lisboa, cidade distante 12 km de Imperatriz, tinha apenas 8 meses quando este fato aconteceu em maio de 2010. Uma conselheira tutelar procurou o Ministério Público para comunicar que M. dos S. estava internada no Socorinho de Imperatriz, necessitando ser removida para um UTI com urgência por apresentar sérios problemas de saúde.

Judiciário do MA vai preencher vaga de titular afastado pelo CNJ

O Tribunal de Justiça decidiu, por maioria, que a 7ª Vara Criminal da capital será preenchida pelo critério de remoção por merecimento. A unidade estava sem titular desde março, quando o juiz Reinaldo de Jesus Araújo foi colocado em disponibilidade compulsória pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O juiz José Santos Costa passou a responder pela vara em abril, por indicação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

A decisão plenária administrativa de quarta-feira, 17, seguiu o entendimento do presidente do TJMA, Jamil Geidon, e do corregedor, ambos favoráveis ao preenchimento da vaga. O exame de aspectos da questão foi um dos temas dominantes da sessão. "Caso ocorra o retorno de Reinaldo de Jesus Araújo à magistratura, o magistrado que estiver ocupando a 7ª Vara Criminal será colocado em disponibilidade não punitiva,

até o surgimento de nova vaga em vara da capital", entendem Guerreiro Júnior e o desembargador Cleones Cunha.

Com base no artigo 195 do regimento interno da Corte, Guerreiro Júnior lembrou que "o retorno à judicatura (do titular) dependerá da conveniência estrita do Tribunal de Justiça, para comarca ou vara da mesma entrância em que se encontrava quando de sua disponibilidade".

Os desembargadores Cleonice Freire, vice-presidente do Tribunal, e Jaime Ferreira de

Araújo, pensam que o TJMA deveria aguardar o trânsito em julgado do processo movido contra o titular para decidir quanto a ocupação da vara.

Foram citados impasses semelhantes em que o Judiciário maranhense decidiu pelo provimento das vagas. O desembargador Antonio Bayma Araújo defendeu o cumprimento dessa regra, contudo pediu a adequação do regimento interno, já com a previsibilidade a casos dessa natureza.



Corregedor-geral de Justiça do Maranhão, Guerreiro Júnior

IMPERATRIZ

Verba da Saúde deve ser desbloqueada

O valor de 7 mil reais da conta de verba destinada pelo Ministério da Saúde ao município de Imperatriz deve ser desbloqueado pela justiça. A quantia estava indisponível para garantir que caso a internação de uma criança de 8 meses numa UTI não fosse possível em algum dos hospitais da rede pública, esta se desse em um particular.

A decisão foi unânime dos desembargadores Clcones Cunha (presidente), Lourival Serejo e Marcelo Carvalho, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), reunidos na manhã de ontem, quinta-feira, 18.

Quando concedeu a liminar

de internação da menor M. G. dos S. L, o juiz Delvan Tavares (Vara da Infância e Juventude de Imperatriz) justificou o pedido para o bloqueio do valor, alegando que ao Estado cabe o dever de garantir o tratamento de saúde daqueles que dele necessitam.

Caso não houvesse vagas em um de seus hospitais, deveria arcar com a despesa deste tratamento em hospital particular. Em parecer, o Ministério Público (MP), autor do processo, opinou pelo bloqueio como forma de obrigar o Município a obedecer à justiça quanto à imediata internação da paciente.

O desembargador Lourival Serejo, relator do recurso propos-

to pelo Município, avaliou que o bloqueio é uma medida extrema e só deve ser tomada quando não há cumprimento da ordem, o que neste caso não ocorreu. Portanto, votou pelo desbloqueio, mantendo no restante a decisão do juízo de 1º grau, que era de imediata internação da criança (num prazo de 2 horas) e multa de 1 (hum) mil reais por dia de descumprimento.

Judiciário vai preencher vaga de titular afastado

O Tribunal de Justiça decidiu, por maioria, que a 7ª Vara Criminal da capital será preenchida pelo critério de remoção por merecimento. A unidade estava sem titular desde março, quando o juiz Reinaldo de Jesus Araújo foi colocado em disponibilidade compulsória pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O juiz José Santos Costa passou a responder pela vara em abril, por indicação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

A decisão plenária administrativa tomada na última quarta-feira, 17, seguiu o entendimento do presidente do TJMA, Jamil Gedeon, e do corregedor, ambos favoráveis ao preenchimento da vaga.

O exame de aspectos da questão foi um dos temas dominantes da sessão. "Caso ocorra o retorno de Reinaldo de Jesus Araújo à magistratura, o magistrado que estiver ocupando a 7ª Vara Criminal será colocado em disponibili-

dade não punitiva, até o surgimento de nova vaga em vara da capital", entendem Guerreiro Júnior e o desembargador Cleones Cunha.

Com base no artigo 195 do regimento interno da Corte, Guerreiro Júnior lembrou que "o retorno à judicatura (do titular) dependerá da conveniência estrita do Tribunal de Justiça, para comarca ou vara da mesma entrância em que se encontrava quando de sua disponibilidade".

Os desembargadores Cleonice Freire, vice-presidente do Tribunal, e Jaime Ferreira de Araujo, pensam que o TJMA deveria aguardar o trânsito em julgado do processo movido contra o titular para decidir quanto a ocupação da vara.

Foram citados impasses semelhantes em que o Judiciário maranhense decidiu pelo provimento das vagas. O desembargador Antonio Bayma Araújo defendeu o cumprimento dessa regra, contudo pediu a adequação do regimen-

to interno, já com a previsibilidade a casos dessa natureza.

Reinaldo Araújo foi colocado em disponibilidade por decisão do plenário do CNJ em março deste ano, após acusação de julgar com parcialidade ação de execução de dívida contra a Empresa Maranhense de Recursos Humanos e Negócios Públicos (Emarhp).

A decisão teria favorecido à consultoria que cobrava dívida da empresa, cujo advogado fora casado com a filha do juiz. Na tentativa de reverter a punição, o magistrado ingressou em junho com mandado de segurança no STJ, em Brasília. Aquele Tribunal manteve a decisão do CNJ.

CIDADE

4ª VARA CÍVEL DA CAPITAL LIDERA PENDÊNCIAS DA META 2

A 4ª Vara Cível de São Luís detém o maior número de processos da Meta 2 do CNJ, relativa a 2010. Com 553 processos, a unidade passa a ocupar o primeiro lugar no ranking de pendências no cumprimento da exigência do Conselho Nacional de Justiça, seguida pela 2ª Vara de Pedreiras (518 processos) e pela 1ª Vara de Barra do Corda (501 processos). **PAG.05**

4ª Vara Cível da Capital lidera pendências da Meta 2

A 4ª Vara Cível de São Luís detém o maior número de processos da Meta 2 do CNJ, relativa a 2010. Com 553 processos, a unidade passa a ocupar o primeiro lugar no ranking de pendências no cumprimento da exigência do Conselho Nacional de Justiça, seguida pela 2ª Vara de Pedreiras (518 processos) e pela 1ª Vara de Barra do Corda (501 processos).

As informações são do juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e coordenador estadual do cumprimento de Metas do CNJ, José Nilo Ribeiro Filho. Por orientação do corregedor Antonio Guerreiro Júnior, o juiz irá divulgar lista semanal reunindo dados fornecidos pelas secretarias judiciais de cada vara.

A lista atual mostra 231 varas e saldo negativo de 22.131 processos. Eram

24.515 na contagem anterior e 15.125 na primeira lista. Em levantamento no início de novembro (dia 5), a liderança era da 3ª Vara de Pedreiras, com 757 processos. A vara hoje ocupa o 91º lugar, com 67. Entre as varas da capital, além da 4ª Vara Cível a 6ª e a 7ª varas cíveis figuram entre as dez primeiras unidades judiciais com maior volume de pendências, respectivamente, com 476 e 433 processos.

A 2ª e a 9ª varas cíveis de São Luís estão empatadas com 362 processos e ocupam o décimo terceiro e décimo quarto lugares na lista. Enquanto o levantamento anterior apontava treze varas e um juizado especial entre as 50 primeiras unidades com pendências, o atual mostra onze varas e o 3º Juizado Especial Criminal (Fórum Universitário), tam-

bém citado naquela relação.

Vinte e oito unidades judiciais, entre elas 17 varas da capital, não apresentam resultado negativo quanto à Meta 2. A Meta Prioritária 2 do CNJ tem por objetivo julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.

RENATO MOREIRA

Acusados de participar de morte vão a júri popular

Damião Benício dos Santos e Ronaldo Machado Arantes, dois dos acusados de participação na trama que resultou no assassinato, em 1993, do então prefeito de Imperatriz, Renato Cortez Moreira, serão julgados pelo Tribunal do Júri. Ontem, quinta-feira, 18, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou provimento a recurso dos denunciados e manteve sentença do juiz José dos Santos Costa, que decidiu submeter os réus ao júri popular.

Outro denunciado como mandante do crime, o ex-prefeito Salvador Rodrigues de Almeida, foi condenado a 18 anos e 9 meses de reclusão no dia 6 de outubro passado, exatamente 17 anos depois da morte de Moreira. Ele foi julgado por júri popular presidido pela juíza Samira Barros Heluy, titular da 5ª Vara Criminal de Imperatriz. A juíza concedeu ao réu o direito de recorrer em liberdade, por não se encontrarem presentes as razões da custódia preventiva.

Salvador, que chegou a assumir a prefeitura depois do crime, era vice-prefeito quando

Moreira foi assassinado com dois tiros no mercado municipal, no centro da cidade. As balas atingiram o pescoço e o peito da vítima. Consta nos autos que o autor dos disparos foi Antônio Conceição da Silva. O crime teria motivações políticas e econômicas.

Segundo o processo, Geraldo Hipólito da Silva, proprietário da empresa de transporte coletivo Imperial e também denunciado à época, teria dito que Damião, Ronaldo e outro denunciado, não submetido a julgamento do júri popular por falta de provas, teriam planejado a execução do crime em várias reuniões realizadas no interior de sua empresa.

As defesas de Damião e Ronaldo alegavam, preliminarmente, nulidade da instrução processual e da sentença de pronúncia, tendo em vista decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que ordenou que fossem anulados todos os atos decisórios praticados entre 04 de maio de 1994 e 1º de janeiro de 1997. Também argumentaram não haver provas do envolvimento dos dois no crime.

Relatora do recurso, a desembargadora Maria dos Remédios Buna concordou com a sentença de primeira instância. A magistrada observou que o STF limitou a invalidade aos atos decisórios, procedidos pelo juiz. Este indicou não existir nulidade para recebimento da denúncia e atos da instrução processual. Os desembargadores Raimundo Nonato de Souza e José Luiz Almeida também rejeitaram as preliminares.

No mérito, de acordo com parecer da Procuradoria Geral de Justiça, a relatora e os outros dois desembargadores consideraram adequada a sentença de 1º grau, por existência de indícios de culpa, e negaram provimento ao recurso dos réus, mantendo a decisão para que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular.



A Desembargadora Maria dos Remédios Buna

PROJETO

fotografia@mirante.com.br

Divulgação



IMPERATRIZ – Crianças exibem cartilhas do projeto “Cidadania e Justiça também se aprendem na prisão”, elaboradas pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) e as cartilhas do Reeducando, elaboradas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As cartilhas foram distribuídas no fim de mais uma etapa do projeto voltado para internos da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ). A ação vem sendo realizada com sucesso na Comarca de Imperatriz desde 2009. No encontro realizado sábado (13) no Salão Paroquial de Nossa Senhora de Fátima foram abordados alguns aspectos da Lei de Execuções Penais.

Juizado de Ribamar é reformado pelo TJMA

Tribunal entregou ontem as novas instalações do órgão na sede do município

O Tribunal de Justiça entregou, na tarde de ontem, as novas instalações do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, que passa a funcionar ao lado do Fórum da comarca (Avenida Gonçalves Dias, 826). O prédio foi reformado e ampliado para oferecer melhores condições de atendimento à comunidade. A partir de hoje, o juizado retoma as suas atividades suspensas com a mudança para a nova sede.

A reforma seguiu padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais em todo o estado. Em 189 metros quadrados de área, a estrutura do imóvel foi adaptada para atender de forma satisfatória à demanda judicial local, de duas mil ações virtuais e 600 processos físicos. A unidade passa a ter oito novas dependências como duas salas de audiências, reclamação, conciliação, recepção, secretaria, assessoria e gabinete do juiz.

Os serviços foram iniciados em setembro e concluídos este mês. O prédio recebeu novas instalações elétricas, hidráulicas, lógica e telefonia; também

foram colocadas novas divisórias, balcão de atendimento e sanitários adaptados para pessoas com deficiência.

Cronograma - Com a inauguração, o presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, cumpriu mais uma etapa do cronograma de obras planejadas para o biênio 2010-2011, que inclui a instalação de novas unidades jurisdicionais em todo o Estado, que irá dotar as varas e juizados de melhores condições de funcionamento, com repercussão positiva na qualidade do atendimento prestado ao cidadão.

O juiz titular, Marcelo Libério, informou que o juizado funcionava antes junto ao fórum, mas o espaço era insuficiente por conta do aumento da demanda no órgão, de cerca de 200 novos processos ao mês. "Com novas e modernas instalações vamos nos empenhar em duplicar o atendimento e reduzir o tempo de espera dos processos à metade", afirmou.

O prefeito de São José de Ribamar, Luís Fernando Silva, aproveitou para solicitar ao presidente do TJ a viabilização da 3ª Vara para a comarca. O desembargador Jamil Gedeon, por sua vez, assumiu o compromisso de instalar a nova vara até o dia 20 de dezembro. "Esse é o novo tempo para o Judiciá-

Maís

Presenciaram a entrega das instalações o presidente do TRE, desembargador Raimundo Freire Cutrim; os desembargadores Maria da Graça e Jorge Rachid; a coordenadora dos Juizados Especiais, Francisca Galiza; o diretor do Fórum local, juiz Márcio Brandão; o diretor das Promotorias de Justiça, Samaroni Maia; a vice-presidente da OAB-MA, Valéria Lauande, além de juizes, diretores e servidores do TJMA.

rio Maranhense, que inclui o planejamento de ações para fortalecer a Justiça de 1º grau", ressaltou.

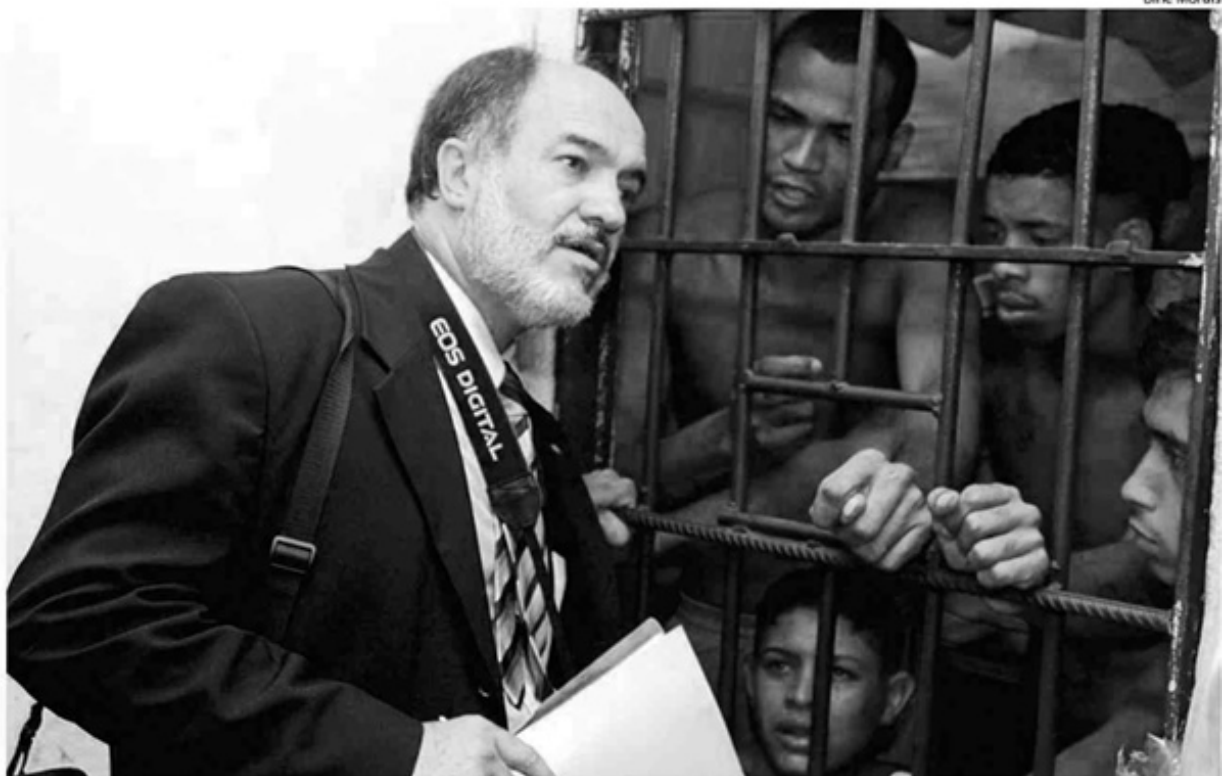
O corregedor-geral da Justiça, Guerreiro Júnior, desejou êxito aos servidores do Juizado no desempenho das ações a fim de atender melhor a população ribamarense com serviços mais céleres e de melhor qualidade.

Após os pronunciamentos de abertura da solenidade, a placa inaugurativa foi descerrada e as instalações visitadas pelas autoridades presentes.

Hoje, o TJ realiza a instalação da comarca de Olinda Nova. O próximo juizado a ser inaugurado será o da comarca de Codó, no dia 22.



Desembargadores Jamil Gedeon, Antonio Guerreiro Júnior, Raimundo Cutrim e Jorge Rachid



Deputado Talmir Rodrigues conversa com detentos presos em cela da Penitenciária de Pedrinhas durante vistoria de comissão da Câmara dos Deputados

Deputados vistoriam penitenciária

Comissão da Câmara dos Deputados verifica as condições de infra-estrutura do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e de vida dos presos após a rebelião que deixou 18 mortos. **Polícia 8**

Comissão de deputados federais vistoria presídios em Pedrinhas

Parlamentares verificaram as reais condições de infra-estrutura das unidades prisionais que compõem o sistema carcerário na capital; vistoria foi motivada pelo massacre de 18 detentos durante rebelião realizada no Presídio São Luís

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

Quatro deputados federais da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara Federal visitaram, ontem pela manhã, o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O objetivo dos parlamentares foi inspecionar as reais condições de infra-estrutura das unidades prisionais que compõem o sistema carcerário do Maranhão e de vida dos detentos que testemunharam a morte dos 18 presos, em uma das maiores e mais sangrentas rebeliões da história do estado.

Domingos Dutra (PT-MA), autor do requerimento; Fernando Gabeira (PV-RJ); Talmir Rodrigues (PV-SP) e Geraldo Thadeu (PPS-MG) chegaram à Penitenciária de Pedrinhas por volta das 8h30. Acompanhados por homens do Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (Geop), os deputados da comissão e a imprensa tiveram

acesso à “Ala do Fundão”, onde três detentos foram assassinados, durante os dois dias da rebelião no Presídio São Luís.

Nesta e em todos os demais pavilhões da penitenciária, os presos dialogaram com os parlamentares e aproveitaram para contar suas dificuldades. Na oportunidade, o deputado Talmir Rodrigues foi o primeiro a se manifestar. “Falta o básico para esses presos. O local é escuro, úmido, as celas estão todas danificadas, não há segurança e nem mesmo higiene. Essa situação dá abertura para novas revoltas”, alertou o parlamentar.

Antes de deixar a unidade, a comissão de deputados federais foi informada de que quatro aparelhos celulares foram apreendidos, ontem, durante uma vistoria de rotina. O secretário-adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, confirmou o recolhimento dos telefones móveis. Aproveitou para falar sobre a quantidade de presos em cada uma das unidades e dar detalhes de co-



Biné Moraes

Deputado Talmir Rodrigues anota as reivindicações dos detentos da Penitenciária de Pedrinhas

mo ocorreu a rebelião.

Cadet – Após a Penitenciária de Pedrinhas, os deputados vistoriaram a Casa de Detenção (Cadet), o Presídio São Luís de Segurança Máxima – onde outros 15 presos foram mutilados, no Anexo III - e o Centro de Detenção Provisória (CDP). Os parlamentares anotaram as reivindicações dos internos. Entre as principais reclamações dos detentos estavam a ociosidade, incentivada pela falta de trabalho e a não revisão dos processos, que acaba gerando as superlotações.

“Todos esses problemas serão colocados em um relatório. Esse documento será encaminhado ao Ministério Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, se possível, a Organização dos Estados Americanos (OEA) para saber por que existe toda essa deficiência. Tudo aqui está fora dos padrões. Algumas celas estão trancadas com algemas, e a maioria dos prédios já deveria ter sido demolida”, disse o deputado Domingos Dutra.

Além da infra-estrutura, a co-

missão criticou também a facilidade de como os internos têm acesso a drogas. Na visita a alguns pavilhões, o odor de maconha era perceptível. Em conversa com um grupo de presos da Cadet, os parlamentares ouviram dos internos que trabalham dentro da unidade para terem redução de pena, que os salários (R\$ 318,00) estão atrasados há sete meses.

Encerrada a visita, os deputados seguiram para o 14º Distrito Policial (Bequimão), onde permanece custodiado o agente administrativo, Henrique Rabelo Pereira, suspeito de envolvimento na rebelião. De lá, a comissão parlamentar deu uma pausa para o almoço e seguiu para uma audiência na Assembléia Legislativa do Estado, no Cohafuma.

Na Casa do Povo, os deputados debateram pautas como a rebelião no Anexo III do Presídio São Luís; o assassinato do líder quilombola Flaviano Neto, de 45 anos, executado com oito tiros de pistolas, em São Vicente Férrer; e a execução do ex-prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Barto-

lomeu Aguiar, o Bertim. Hoje, às 11h, a comissão receberá a imprensa em uma coletiva para fazer um balanço sobre a visita aos presídios da capital.

Mais

Sete detentos fugiram da Penitenciária de Pedrinhas por um buraco feito no muro, na última quarta-feira (17). Segundo a direção da unidade, os internos teriam escapado depois que um policial militar abandonou uma guarita. No mesmo dia, três criminosos já haviam sido recapturados em um matagal localizado aos fundos do Complexo Penitenciário.

Justiça reforça tese de fator externo em rebelião

Juiz Jamil Aguiar e o presidente da Comissão de Direito Humanos da OAB, Luiz Antonio Pedrosa, acreditam que motim não partiu de reivindicações dos presos

Décio Sá
Da Editoria de Política

Representantes do Ministério Público, da OAB e da Justiça reforçaram ontem, durante depoimento a integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a tese do secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, de que um fator externo ocasionou a rebelião que teve 18 mortes em Pedrinhas.

O secretário disse aos deputados Domingos Dutra (PT-MA), Dr. Talmir Rodrigues (PV-SP), Fernando Gabeira (PV-RJ) e Geraldo Thadeu (PPS-MG) que esse fato está provado com a prisão, no fim de semana, do agente administrativo Jorge Henrique Rabelo, acusado de entregar armas aos presos.

Segundo o juiz de Execuções Penais, Jamil Aguiar, "o motim não teve lógica". "O presídio não estava superlotado, os detentos não apresentaram pauta de reivindicação e nem havia liderança definida entre eles", afirmou.

O procurador-geral de Justi-

ça em exercício, Eduardo Nicolau, disse que os presos agiram sem um foco definido. "Achamos que foi um descuido dos agentes. Os presos agiram sem foco. Foram oportunizando o que foi aparecendo. Fizeram reivindicações aleatórias", concluiu.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Luiz Antonio Pedrosa, "as rebeliões estão sendo tramadas como se houvesse um esquema para desestabilizar o sistema de segurança".

"A antiga direção do presídio caiu, e subiu o número de mortes em Pedrinhas assustadoramente. Não faço acusação, mas não sou tolo para não perceber as movimentações que estão tendo", completou.

O presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, Cezar Bombeiro, discordou dessa tese, que é uma das linhas de investigação de um dos três inquéritos para apurar o ocorrido. "Não acredito em fator externo. No início, eu pensei que era eu. Eu mandei matar 18? Eu mandei atirar no colega?", questionou.

Os deputados estiveram ontem pela manhã em Pedrinhas para conversar com os detentos. Receberam a informação deles próprios que armas continuam entrando no presídio, o que pode gerar nova rebelião.



Parlamentares coordenaram discussão sobre o que teria motivado o motim no Presídio São Luís

Quarto Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Cohab é reinaugurado

A presidente em exercício da OAB/MA, Valéria Lauande, acompanhada do presidente da Comissão de Acompanhamento dos Juizados Especiais, Willington Conceição participou, esta semana, da reinauguração das instalações do 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Cohab. O presidente do TJ/MA, desembargador Jamil Gedeon; a desembargadora Cleonice Freire, vice-presidente do TJ e o juiz titular do JEC da Cohab, Cícero Dias, descerraram a placa inaugural, na presença da juíza Francisca Galiza, coordenadora dos Juizados Especiais e de diversos servidores e convidados.

O Juizado da Cohab, que reúne 17 bairros, incluindo Cohab, Cohatrac, Planalto Anil, Jardim Aragágy, Parque Aurora, Conjunto Centauro, Jardim das Margaridas e parte da Forquilha, foi reformado para oferecer melhores condições de atendimento à comunidade. A Comissão de Acompanhamento dos Juizados Especiais da OAB/MA acompanhou de perto a reforma do Juizado, com visitas objetivando uma melhor prestação jurisdicional e solicitando, no mês passado, um prazo para a conclusão das obras.

Segundo informações da Assessoria de Comunicação do TJ/MA, há treze anos o prédio não passava por adaptações. Havia problemas com goteiras, cupim, desgaste do piso antigo e precariedade das

instalações elétricas e hidráulicas. Com a reforma, o prédio passa a ter novas dependências, como: salas de conciliação, audiência, oficiais de justiça e atermagem, gabinete do juiz e assessoria, secretaria judicial, atendimento e recepção. O prédio recebeu novas instalações elétricas, hidráulicas, lógica e telefonia. Também foram colocadas novas divisórias, substituição de forro em pvc, o telhado e piso foram recuperados e os banheiros adaptados.

"Esse é o clamor da advocacia maranhense, que atua naquele Juizado. Esperamos que, com condições dignas de trabalho, o JEC da Cohab consiga traçar metas de produtividade que acelerem a tramitação dos quase 10.000 processos em andamento, que necessitam de solução em tempo mais razoável, já que agora não mais restará a dificuldades de ausência de espaço físico adequado ou de estrutura, restando ao magistrado titular e aos servidores, um esforço concentrado para reduzir o volume de demandas, de modo que o passivo dos processos físicos e virtuais seja otimizado, dinamizando a prestação jurisdicional, visando à sua verdadeira e real efetividade, nos moldes da Lei 9.099/95, dando ao cidadão o acesso à Justiça, amplo e irrestrito, em menor espaço de tempo", declarou a presidente em exercício da Seccional maranhense da OAB, Valéria Lauande.

Projeto vai desafogar comarcas com grande movimento processual

A Corregedoria Geral da Justiça inaugura em dezembro, em Vitória do Mearim, o projeto piloto Pauta Zero, que visa a despachar e sentenciar todos os processos conclusos em comarcas estaduais com movimento processual elevado e orientar as secretarias judiciais para maior efetividade de serviços.

O Pauta Zero é baseado em ação do mesmo nome do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte. A iniciativa de trazer o projeto para o Maranhão é do corregedor Antonio Guerreiro Júnior, que acredita que projeto pode reduzir substancialmente o estoque de processos em comarcas com demanda elevada.

De 6 a 10 de dezembro, 20 juizes, entre eles o coordenador do grupo, juiz Pedro Holanda Pascoal, da Comarca de Tuntum, se deslocarão até Vitória do Mearim para despachar e sentenciar em uma semana os 2.800 processos conclusos na comarca. A indicação dos magistrados foi fei-

ta pelo coordenador do grupo, com a anuência do corregedor.

Ao final desse período, cada juiz deverá enviar ao coordenador relatório com o número de processos despachados e de sentenças e outras informações relativas à ação.

PAUTA ZERO - A partir dessa experiência, a Corregedoria pretende implantar o projeto em definitivo na estrutura do Judiciário maranhense.

Com vistas a esse objetivo, Guerreiro Júnior vai solicitar ao Tribunal de Justiça a criação de um Núcleo de Apoio à Efetividade Judiciária, que congregaria 20 juizes indicados e nomeados pelo Pleno para desempenhar as tarefas de despachar e sentenciar projetos em comarcas onde a ação se faça necessária.

De acordo com o escopo do projeto, o grupo de juizes terá "competência para atividades jurisdicionais relativas a processos de naturezas cível e criminal das comarcas ou varas designadas pelo corregedor".

DEPUTADOS GASTAM DINHEIRO DO POVO PARA BATER PAPO COM PRESOS

PÁGINA 3

Deputados federais puxados por Dutra visitam Penitenciária

A visita da comitiva formada pelos deputados federais Domingos Dutra (PT-MA), Dr. Talmir (PV-SP), Fernando Gabeira (PV-RJ) e Geraldo Thadeu (PPS-MG), causou alvoroço entre os detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas durante a manhã desta quinta-feira (18).

A viagem da comitiva foi proposta por Domingos Dutra - relator da Comissão de Direitos Humanos da Câmara - com a finalidade de analisar as causas da rebelião no Complexo de Pedrinhas na última semana.

Durante a vistoria os deputados ouviram as reivindicações dos presos, assim como também questionaram sobre os motivos que causaram a

execução de 18 detentos. Os deputados anotaram tudo que ouviram e o que viram nas dependências das penitenciárias. A última parte do complexo a ser visitada pela comitiva foi o prédio anexo do Presídio São Luís, palco da rebelião mais violenta da história do Estado. Lá os deputados demoram por mais tempo.

Os deputados disseram à imprensa que um relatório sobre tudo o que foi analisado durante a vistoria será elaborado e depois encaminhado ao governo do Estado e ao Judiciário para que as reivindicações dos detentos possam ser analisadas e cumpridas na medida do possível.

JUSTIÇA

Condenado por tráfico é preso na Ilhinha

Um homem condenado na comarca de Alcântara foi preso em São Luís. Joselino Vieira, conhecido como "Zélino Vieira", foi condenado pelo crime de tráfico de drogas.

Após receber informações sobre um possível ponto de venda de drogas

na Ilhinha, em São Luís, agentes da Polícia Civil chegaram a Joselino e, após investigação, souberam que havia um pedido de prisão preventiva decretada na comarca de Alcântara. Joselino Vieira foi condenado a três anos de prisão em junho de 2009.

Comissão da AL e Câmara Federal visita Pedrinhas

Os deputados federais integram a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal

A comitiva formada pela deputada estadual Eliziane Gama (PPS) e pelos deputados federais Domingos Dutra (PT-MA), Geraldo Thadeu (PPS-MG), e Dr. Talmir (PV-SP) e Fernando Gabeira (PV-RJ), visitou o Complexo Penitenciário de Pedrinhas durante toda a manhã desta quinta-feira (18).

Os deputados federais integram a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal e vieram ao Maranhão fazer um levantamento dos motivos que levaram à rebelião que deixou o saldo de 18 detentos mortos, nos dias 8 e 9 deste mês.

O deputado federal Domingos Dutra disse que o local é o próprio inferno e, após visitar celas e conversar com detentos, elencou problemas como superlotação, falta d'água, alimentação deficiente, falta de assistência jurídica, detentos com penas vencidas, falta de medicamentos, presos doentes e sem atendimento médico. Outro pro-

blema grave de Pedrinhas é a ociosidade dos presos. "Estamos numa área rural e ninguém produz nada e a Escola Penitenciária também não funciona", disse.

Além disso, os agentes penitenciários também enfrentam dificuldades e reclamam por realização de concurso público, já que são em número insuficiente para garantir segurança no Presídio. "No Maranhão todo são cerca de 384 agentes para 18 unidades prisionais. Tinha que ser pelo menos 890 agentes, disse César Bombeiro, presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Maranhão.

Para o deputado federal Dr. Talmir, é uma vergonha para o Brasil o que ocorre no Maranhão. "O Brasil é 8º país mais rico do mundo e não prioriza o básico, que é Educação, Saúde, Moradia e Segurança".

Fernando Gabeira fotografou o presídio durante toda a visita. Ele disse que as caracterís-

ticas de Pedrinhas são muito parecidas com as de outros presídios brasileiros. E para saber os motivos do motim, seria preciso conversar muito mais com os presos.

O deputado federal Geraldo Thadeu constatou que já viu presídios piores no país. "Mas o sistema prisional brasileiro é falido e é preciso se pensar urgente em um novo modelo", disse. Ele adiantou que em 2011 irá propor na Câmara Federal um seminário com todos os secretários de segurança do país.

A deputada Eliziane Gama destacou que o Governo do Estado recebeu em 2009, 500 mil reais para serem aplicados em Pedrinhas. Só que a verba não foi usada e teve que ser devolvida. Na época, o Ministério Público pediu a interdição do Complexo Penitenciário, suspensa pelo Tribunal de Justiça.



Deputados durante visita ao presídio de Pedrinhas

■ Júri

Damião Benício dos Santos e Ronaldo Machado Arantes, dois dos acusados de participação na trama que resultou no assassinato, em 1993, do então prefeito de Imperatriz, Renato Cortez Moreira, serão julgados pelo Tribunal do Júri. Nesta quinta-feira, 18, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou provimento a recurso dos denunciados e manteve sentença do juiz José dos Santos Costa, que decidiu submeter os réus ao júri popular. Outro denunciado como mandante do crime, o ex-prefeito Salvador Rodrigues de Almeida, foi condenado a 18 anos e 9 meses de reclusão no dia 6 de outubro passado, exatamente 17 anos depois da morte de Moreira.

■ Recurso

Ele foi julgado por júri popular presidido pela juíza Samira Barros Heluy, titular da 5ª Vara Criminal de Imperatriz. A juíza concedeu ao réu o direito de recorrer em liberdade, por não se encontrarem presentes as razões da custódia preventiva. Salvador, que chegou a assumir a prefeitura depois do crime, era vice-prefeito quando Moreira foi assassinado com dois tiros no mercado municipal, no centro da cidade. As balas atingiram o pescoço e o peito da vítima. Consta nos autos que o autor dos disparos foi Antônio Conceição da Silva. O crime teria motivações políticas e econômicas.

■ Trama

Segundo o processo, Geraldo Hipólito da Silva, proprietário da empresa de transporte coletivo Imperial e também denunciado à época, teria dito que Damião,

Ronaldo e outro denunciado, não submetido a julgamento do júri popular por falta de provas, teriam planejado a execução do crime em várias reuniões realizadas no interior de sua empresa. As defesas de Damião e Ronaldo alegavam, preliminarmente, nulidade da instrução processual e da sentença de pronúncia, tendo em vista decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que ordenou que fossem anulados todos os atos decisórios praticados entre 04 de maio de 1994 e 1º de janeiro de 1997.

■ Falta de provas

Também argumentaram não haver provas do envolvimento dos dois no crime. Relatora do recurso, a desembargadora Maria dos Remédios Buna concordou com a sentença de primeira instância. A magistrada observou que o STF limitou a invalidade aos atos decisórios, procedidos pelo juiz. Este indicou não existir nulidade para recebimento da denúncia e atos da instrução processual.

■ Preliminares

Os desembargadores Raimundo Nonato de Souza e José Luiz Almeida também rejeitaram as preliminares. No mérito, de acordo com parecer da Procuradoria Geral de Justiça, a relatora e os outros dois desembargadores consideraram adequada a sentença de 1º grau, por existência de indícios de culpa, e negaram provimento ao recurso dos réus, mantendo a decisão para que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular.

OS PROBLEMAS DE PEDRINHAS...

SUPERLOTAÇÃO **CORRUPÇÃO DE AGENTES**
TRÁFICO DE DROGAS
REGALIAS A DETENTOS **FALTA DE ÁGUA**
ALIMENTAÇÃO VENCIDA

PHOTOFESTIVAL/REUTERS/ALAMY



...E AS SOLUÇÕES

AUMENTO DE DEFENSORES PÚBLICOS
AUMENTO DE VARAS DE EXECUÇÕES
OCUPAÇÃO AOS DETENTOS **REGIONALIZAÇÃO DOS PRESÍDIOS**

Membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) visitaram ontem as dependências da Penitenciária de Pedrinhas, conheceram seus problemas e, durante audiência pública na Assembleia Legislativa, apontaram soluções para o sistema carcerário maranhense que, segundo os deputados da comissão, não é diferente do restante do país.

PÁGINAS 3, 11 E 12

Detetives do caos

Parlamentares da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados passam o dia em São Luís em busca das causas que motivaram a rebelião em Pedrinhas

FRANCISCO BEZERRA

“**Q**uem entra lá são, sai doído e quem entra lá doído, sai mais doído ainda”, desabafou a funcionária pública Maria de Nazaré Borges, 48, mãe de um preso do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, ao relatar sua experiência na audiência ocorrida na tarde de ontem na Assembleia Legislativa para apurar a rebelião deflagrada no Presídio São Luís no começo deste mês. Deputados federais da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, a pedido do deputado Domingos Dutra (PT-MA), estiveram em São Luís para investigar os fatos que ocasionaram a matança em Pedrinhas. O deputado Talmir Rodrigues (PV-SP), presidente da comissão, ressaltou a gravidade da rebelião, onde ocorreram 18 mortes, entre elas, quatro decapitações. “Isso é uma vergonha para o estado do Maranhão”, lamentou o deputado.

Pela manhã, os deputados Talmir Rodrigues e Domingos Dutra, acompanhados dos deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Geraldo Thadeu (PPS-MG), visitaram o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde conversaram com os presos sobre as condições do presídio e os motivos que levaram ao início das mortes. Fernando Gabeira chamou atenção para a diferença entre a rebelião ocorrida em Pedrinhas para a de outros lugares. “Se eles mataram para chamar atenção, eles queriam chamar atenção para quê?”, indagou o deputado, que ressaltou as divergências nas versões apuradas sobre as reais motivações dos rebelados.

Após a visita, os deputados se reuniram na Assembleia Legislativa para averiguar a opinião das autoridades envolvidas diretamente no caso. Entre elas, o Secretário de Segurança Pública, Aluisio Mendes, o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Maranhão, César Bombeiro, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Luiz Pedroza, do juiz da Vara de Execuções Penais, Jamil Aguiar, e de representantes do Ministério Público, de parentes de presidiários e da Defensoria Pública.

O deputado Domingos Dutra, relator da comissão, atribuiu o motivo da rebelião ao caos do sistema penitenciário maranhense. Para o petista, as péssimas condições da prisão motivaram a ação violenta dos presos. Tese contestada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA. Luiz Pedroza acredita que a falta de água, uma dos motivos ventilados pelos depoentes, justificasse tamanha violência presenciada no Presídio São Luís. O advogado, que diz acompanhar o dia a dia do sistema penitenciário maranhense e participou ativamente das negociações, afirmou que os rebelados pareciam bastante lúcidos e frios. “Um deles, o Cerec, carregava uma cabeça enquanto falava”, relatou.

O advogado admitiu que foi informado da rebelião em Pedrinhas há pelo menos 15 dias antes de sua eclosão e anunciou que outras virão. Ele apresentou dados que sugerem uma relação entre diferentes períodos do governo do estado com número mortes no sistema carcerário maranhense. Segundo

o deputado, o número de mortes aumentou assustadoramente no governo de Jackson Lago e agora, no final do primeiro mandato de Roseana Sarney.

Diante das acusações do advogado, Fernando Gabeira sugeriu que a Assembleia Legislativa do Maranhão investigasse a implicância política da rebelião de Pedrinhas. A Comissão elaborará um relatório da visita que será encaminhado ao Ministério da Justiça e ao Governo de Estado do Maranhão.

Outros casos

Além do caso de Pedrinhas, a Comissão de deputados federais colheu também depoimento relacionados a crimes polêmicos ocorridos no Estado. Tais casos são o assassinato o líder do quilombo Charco, de São Vicente Férrer, Flaviano Neto (morto em novembro); o do ex-prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar (morto em março de 2007) e o de Paulino José Sodré, conhecido como Cabo Sodré (morto em maio deste ano em São Luís).

Também estiveram presente na audiência pública o presidente da Assembleia, deputado Marcelo Tavares (PSB), o deputado Penandon Jorge (PSC) e as deputada Helena Heluy (PT), e Eliziane Gama (PPS). Também estavam presentes o procurador-geral de justiça, Jorge Nicolau, o juiz de execuções penais, Jamil Aguiar, a promotora Lítia Calvalcante, o comandante da PMMA, coronel Franklin Pacheco e outras autoridades.

Deputados dizem que clima em Pedrinhas é tenso

DA REDAÇÃO

A situação continua tensa no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, onde, na semana passada, houve um motim de presos que durou cerca de 30 horas. A informação é do deputado Domingos Dutra (PT-MA). "O clima ainda é muito tenso, porque, ontem mesmo, já houve tentativa de fuga nesse mesmo presídio."

Domingos Dutra ressaltou que os parlamentares pedirão a transferência de presos que se sentem ameaçados pelos outros. "Nós vamos listar uma série de sugestões para encaminhar para o governo, para o Poder Judiciário. Ouvimos alguns presos que se sentem ameaçados. Um deles, nós já pedimos para ser transferido, e vamos pedir para transferir mais três que acham que vão ser executados."

O deputado resalta que as péssimas condições são situações que perduram há anos em todos os presídios brasileiros, em especial a ausência do Estado e falta de defensoria jurídica. "A maior parte dos presos não tem assessoria jurídi-

ca, nem durante o processo, e essa ausência agrava após a sentença."

O parlamentar explica que, dos detentos que participaram do motim, 13 teriam sido transferidos para a Penitenciária Federal de Segurança Máxima em Campo Grande, no Mato Grosso. Outros três estariam num quartel da Polícia Militar no Maranhão.

Os integrantes da comitiva parlamentar tentarão conversar com os que ainda estão no Estado. Se houver necessidade, os parlamentares poderão viajar até Mato Grosso para obter mais informações.

Os deputados ficam em São Luís até hoje quando deverão participar de audiências com diversas autoridades envolvidas no caso, entre elas a governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

FOTOS: HONÓRIO MOREIRA O IMPDIA.PRESS



ALUIÍSIO MENDES (CENTRO), SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, FALOU DURANTE A AUDIÊNCIA

"Se eles mataram para chamar atenção, eles queriam chamar atenção para quê?"

FERNANDO GABEIRA, deputado federal (PV-RJ)



RACIELE OLIVAS/AGENCIA ASSEMBLEIA



OS DEPUTADOS TALMIR RODRIGUES E DOMINGOS DUTRA CONVERSAM COM OS DETENTOS

VEJA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A VINDA DE COMITIVA DE DEPUTADOS DE BRASÍLIA NAS PÁGINAS 11 E 12

Cárceres preocupantes

Deputados recebem denúncias de superlotação, falta de água, corrupção de agentes, tráfico de drogas e regalias a detentos em presídios

SANDRA VIANA

“Ninguém mata só para se mostrar. Há algo de muito sério no sistema penitenciário do Maranhão que provocou aquela crueldade”, disse o deputado federal e membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados (CDHM), Fernando Gabeira. Ele integra uma comissão de quatro deputados, que veio de Brasília para levantar os problemas do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O ponto de partida foi a rebelião que culminou com 18 detentos mortos, sendo quatro deles decapitados. Gabeira ilustrou a situação local citando o caso de Alagoinha, em Minas Gerais. Lá, pontuou, há melhores condições e certo controle da massa carcerária, no entanto, os detentos promovem tumultos para chamar a atenção. Aqui, completou, percebe-se um sistema caótico, ainda que compatível com o estado. Gabeira revelou que haveria uma arma no presídio, segundo comentários feitos por detentos durante a visita da comissão a Pedrinhas. O relato deixou em alerta a Secretaria de Segurança, que vai investigar a denúncia. Por fim, Gabeira acrescentou serem os problemas locais semelhantes aos de outros presídios no país, com o agravan-

“Como vamos impedir motins, se nem temos condições para trabalhar?”

CÉSAR BOMBEIRO,
presidente do Sindicato dos
Agentes Penitenciários

te da extrema falta de estrutura e descontrole de gestão.

Listão

Em rápida enumeração, a comissão fez uma lista de denúncias colhidas com os presos durante a visita ao Complexo. Superlotação, falta de água, alimentação vencida, corrupção de agentes, tráfico de drogas, regalias a detentos. Problemas já expostos e que mais uma vez passam por avaliação, com fins de soluções concretas, prometem os membros da comissão. O grupo de deputados federais chegou ao estado na manhã de ontem e iniciou as atividades com uma visita ao Complexo de Pedrinhas. À tarde, fechou a agenda com a exposição das primeiras impressões do sistema prisional local, em audiência na Assembleia Legislativa. A audiência se estendeu pela noite e pelo menos 13 pessoas seriam

ouvidas. Entre estes, membros da Secretaria de Estado de Segurança, do Conselho Estadual de Direitos Humanos e familiares de detentos.

Aquém de fazer o levantamento das condições precárias já conhecidas do sistema penitenciário, a esperança de órgãos defensores de direitos humanos é que a comissão pressione pela reforma deste sistema. “Meu filho foi solto e a Justiça não avisou o sistema. Invadiram minha casa, intimidaram meu filho na frente do meu neto. Onde vamos parar?”, denunciou a mãe de ex-detento Solange Tavares. Ela preside a Associação dos



HONORIO MOREIRA/IMP/À PRESS



DEPUTADOS DOMINGOS DUTRA, GERALDO TADEU, TALMIR E FERNANDO GABEIRA OUVIRAM SECRETÁRIO ALUÍSIO GUIMARÃES (SEGURANÇA) EXPLICAR MEDIDAS

Familiares de Presos e durante sua fala denunciou o que classificou de despreparo de agentes e policiais, e apontou a morosidade nos processos como fator de desagregação nos presídios. Solange Tavares relatou ter em mãos documentos onde outros familiares de detentos descrevem a humilhação por eles sofrida dentro do sistema. O material será anexado ao relatório da comissão.

Sem condições

Outro depoimento acusatório partiu do presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindispen), César Castro Lopes, o César Bombeiro. O sindicalista acusou o estado de omissivo e diretamente à Segurança, classificou de ineficiente a gestão. Segundo César Bombeiro, não há como controlar tantos presos ou desenvolver um tratamento humanizado e ressocializador, dada a discrepância entre o número de agentes e de presos. César Bombeiro expôs a fragilidade do agente perante

um sistema deficiente que não oferece condições de trabalho. O sindicalista denunciou a terceirização de agentes, armamento defasado e insuficiência de equipamentos de segurança. "Como vamos impedir motins, se nem temos condições para trabalhar?", questionou César Bombeiro. E foi taxativo ao reafirmar ter avisado a Segurança sobre a "bomba-relógio que explodiria no Complexo". O governo era avisado todo dia dos problemas e do risco de uma rebelião, e nada fez, denunciou o sindicalista.

Diante das acusações, o secretário Aluísio Mendes defendeu que o estado vem tomando medidas para conter o caos no sistema penitenciário. "São problemas que vêm de longos anos. E tudo do que foi denunciado aqui precisamos averiguar se é verídico", disse o secretário. Ele pontuou ser ciente da situação no sistema penitenciário e que nenhum problema é camuflado. Mendes enumerou como atitudes concretas da

secretaria, a construção de quatro presídios que vão abrir mais 1400 vagas no sistema; e mais duas detenções com 300 vagas cada, em lugar a ser definido e à espera de aprovação pelo Ministério da Justiça. No tocante a reforma e ampliação dos presídios, o secretário disse ser esta uma proposta que consta da ação do governo, mas o problema estaria no realocamento dos detentos. Quanto às investigações da rebelião serem abertas à comissão, apenas se esta pedir na Justiça. "Trabalhamos em sigilo por ordem judicial. Não vamos abrir os trabalhos à comissão. A solicitação deve partir deles à Justiça", pontuou Mendes. O secretário concluiu, referindo-se à comissão, que, qualquer investigação com intuito de somar nos trabalhos para a melhora do sistema será bem vinda. O presidente da Comissão é o deputado federal Talmir Rodrigues (PV/SP).

LEIA MAIS NA PÁGINA 12

Sistema entrou em xeque

Excesso de presos em mais da metade e o escasso número de agentes culminam em problemas como a rebelião em Pedrinhas



SANDRA VIANA

A comissão propôs medidas que uma vez implantadas sanam problemas que levam ao caos do sistema. Tais ações, diz o deputado Domingos Dutra, são facilmente executadas pelo governo, "pois há recursos". Regionalização dos presídios, aumento do número de Varas de Execuções e de defensores e o mais importante, segundo ele, ocupação ao detento. "Uma mão-de-obra ociosa que poderia ser aproveitada em obras como as do PAC, por exemplo, e absorvidas nos órgãos do estado", exemplificou o deputado Dutra.

O trabalho da comissão no estado encerra hoje, em reunião com a governadora Roseana Sarney, quando serão expostos os resultados da audiência. Retornando à Brasília, a Comissão se ocupa

de elaborar um relatório, com prazo de conclusão para o final deste mês, e acompanhar as investigações sobre a rebelião. "Não temos o poder de forçar o estado a executar esta ou aquela medida. Vamos fazer sugestões e enviar a outros órgãos para que possam cobrar resultados", pontuou o deputado federal Domingos Dutra. O relatório será apresentado ao Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana, Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça. Acreditando em resultados, Dutra lembrou benefícios conseguidos após a CPI do Sistema Carcerário, do qual foi autor. A construção do Centro de Detenção Provisória, a inclusão de detentos em programas de ressocialização e a queda pela metade da superlotação na Casa de Detenção. "Nosso tempo é escasso e são muitos casos a analisar", ponderou Domingos Dutra.

Superlotação

A superlotação é hoje o maior problema do sistema penitenciário do estado. O excesso de presos em mais da metade e o escasso número de agentes culminam em problemas como a rebelião no Presídio São Luís. São apenas seis agentes para a média de 650 presos, segundo o presidente do Sindispen, César Bombeiro. O ideal para estabilizar o problema de agentes seria de 20 por turno, o que só pode ser viabilizado com realização de concurso para o setor. Promessa já feita pela SSP para o ano que vem. Nos úl-

timos 12 meses foram registradas 34 mortes de presos no Complexo, somando as 18 da rebelião, ocorridas em apenas dois dias. A causa: superlotação. César Bombeiro justifica que uma vez superlotado o Complexo, não há como fazer separação de presos por crimes e periculosidade. Ele alerta para brigas entre facções e gangues dentro das detenções e aponta a Casa de Detenção como a mais propensa a rebeliões e motins. Ali, diz ele, o clima de tensão é permanente e o receio de motins se dá a cada banho de sol. No dia da rebelião no Presídio São Luís, que é de regime fechado, havia apenas um agente monitorando os detentos. A superlotação também ocasiona a disputa dos detentos por regalias e rixa entre detentos da capital e do interior do estado. Dados da SSP apontam 354 agentes e 36 inspetores para uma população de 2.544 presos no Complexo, destes, 1.039 do interior do estado. No Complexo, três unidades trabalham com agentes terceirizados: o Centro de Detenção Provisória (CDP), o albergado feminino e a Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ).



PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DE PRESOS, SOLANGE TAVARES, DENUNCIA ARBITRARIEDADE CONTRA FIMÃO

COM EXCESSO

Números mostram o quanto está superlotado as unidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas

	CAPACIDADE	POPULAÇÃO
CCPJ Pedrinhas	160	318
CDP Pedrinhas	402	659
Cadet	410	648
Albergue Masculino	60	114
Pedrinhas	373	400
Presídio São Luís	312	336

A média é de 6 agentes para 650 presos

Acusados de participar da morte de prefeito de Imperatriz vão a júri popular

Damião Benício dos Santos e Ronaldo Machado Arantes, dois dos acusados de participação na trama que resultou no assassinato, em 1993, do então prefeito de Imperatriz, Renato Cortez Moreira, serão julgados pelo Tribunal do Júri. Nesta quinta-feira, 18, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão

(TJMA) negou provimento a recurso dos denunciados e manteve sentença do juiz José dos Santos Costa, que decidiu submeter os réus ao júri popular.

Outro denunciado como mandante do crime, o ex-prefeito Salvador Rodrigues de Almeida, foi condenado a 18 anos e 9 meses de reclusão

no dia 6 de outubro passado, exatamente 17 anos depois da morte de Moreira. Ele foi julgado por júri popular presidido pela juíza Samira Barros Heluy, titular da 5ª Vara Criminal de Imperatriz. A juíza concedeu ao réu o direito de recorrer em liberdade, por não se encontrarem presentes as razões da custódia preventiva.

■ Desbloqueio de verba (I)

O valor de 7 mil reais da conta de verba destinada pelo Ministério da Saúde ao município de Imperatriz deve ser desbloqueado pela justiça.

A quantia estava indisponível para garantir que caso a internação de uma criança de 8 meses numa UTI não fosse possível em algum dos hospitais da rede pública, esta se desse em um particular.

A decisão foi unânime dos desembargadores Cleones Cunha (presidente), Lourival Serejo e Marcelo Carvalho, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), reunidos na manhã de ontem, 18.

■ Desbloqueio de verba (II)

Quando concedeu a liminar de internação da menor M. G. dos S. L., o juiz Delvan Tavares (Vara da Infância e Juventude de Imperatriz) justificou o pedido para o bloqueio do valor alegando que ao Estado cabe o dever de garantir o tratamento de saúde daqueles que dele necessitam.

Caso não houvesse vagas em um de seus hospitais, deveria arcar com a despesa deste tratamento em hospital particular.

Em parecer, o Ministério Público (MP), autor do processo, opinou pelo bloqueio como forma de obrigar o Município a obedecer à justiça quanto à imediata internação da paciente.

Concessionária terá de trocar carro defeituoso de cliente

A concessionária Montecarlo terá 48 horas para entregar um carro novo a uma cliente prejudicada com a compra de veículo defeituoso. A decisão é da 1ª Câmara Cível do TJ, em sessão desta quinta-feira, 18.

A proprietária adquiriu em maio de 2008 um veículo zero quilômetro, modelo C3 Exclusive, da marca Citroën, no valor de R\$ 46 mil. Segundo alegou, cinco meses depois o automóvel passou a apresentar problemas, provocando uma colisão numa situação em que os freios falharam.

Posteriormente, por várias vezes o veículo foi entregue à concessionária para correção de problemas, como não ligamento, liberação de fumaça e paradas repentinas. Numa dessas ocasiões, a empresa teria sugerido que a cliente solicitasse à seguradora a troca do motor, que não estaria funcionando.

A cliente entrou com ação judicial alegando defeitos ocultos no automóvel e a sua inutili-

dade. A juíza da 3ª Vara Cível da Capital, Maria José França Ribeiro, em antecipação, definiu o prazo de 48 para que a empresa realizasse a troca por um veículo novo e sem defeitos, decisão da qual a concessionária recorreu ao TJ.

A relatora do recurso, desembargadora Raimunda Bezerra, entendeu acertada a decisão da juíza, considerando que os documentos demonstram suficientemente que o veículo padeceu de defeitos e colocou em risco a vida da proprietária, não servindo para as funções que deveria.

A magistrada destacou ainda o valor desembolsado pela cliente, que necessita do automóvel em bom funcionamento para exercer suas atividades cotidianas e profissionais, o que demonstra a necessidade da substituição ou devolução do valor pago.

Acompanharam Raimunda Bezerra, mantendo a decisão da juíza, os desembargadores Jorge Rachid e Graças Duarte.

Juiz acusado de vender remédios apreendidos processa denunciante

PÁGINA 5

MAIS UMA DENÚNCIA CONTRA THALES RIBEIRO

Juiz é acusado de vender remédios apreendidos e processa denunciante

POR OSWALDO VIVIANI

O juiz Thales Ribeiro de Andrade, da Comarca de Dom Pedro (a 324 quilômetros de São Luís) – que tem sua atuação questionada por várias entidades da sociedade civil organizada do município – agora resolveu processar a proprietária de três farmácias da região que o acusou de vender a ela remédios que o próprio magistrado havia apreendido num dos estabelecimentos.

De acordo com o termo de depoimento prestado à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão em 5 de setembro de 2006, Maria Antonia de Sousa Coelho, conhecida como “Maria do Lili” – dona de três farmácias (“Salva Vidas”, em Gonçalves Dias (termo de Dom Pedro), e “Salva Vidas 2” e “Farmabem” (em Dom Pedro) – conta que foi presa em julho de 2004, por ordem de Thales Ribeiro, sob a acusação de vender irregularmente medicamentos psicotrópicos.

Maria Antonia relatou à Corregedoria do TJ-MA que ficou presa 30 dias, sendo solta, após esse período, por conta de um *habeas corpus* concedido pelo TJ-MA.

A comerciante não nega o crime, pelo qual respondeu, mas

acusou o juiz Thales Ribeiro de agir igualmente à margem da lei. Por exemplo, na mesma ocasião em que Maria Antonia foi presa, o juiz Thales Ribeiro teria, segundo ela declarou na Corregedoria, mandado retirar das prateleiras da farmácia “Salva Vidas” todos os remédios irregulares, cujo valor perfazia, à época, R\$ 14 mil. Também teriam sido apreendidos, nas três farmácias da comerciante, R\$ 7.800 e uma grande quantidade de moedas.

O dinheiro apreendido nunca foi devolvido, afirmou Maria Antonia. Quanto aos medicamentos, a acusação da comerciante é mais grave: o magistrado teria vendido parte dos psicotrópicos para outras farmácias e oferecido um lote para a própria denunciante, por meio do ex-oficial de Justiça João Ramos Ribeiro.

Para ter como comprovar a ilegalidade do ato do juiz Thales Ribeiro, Maria Antonia – de acordo com o que declarou na Corregedoria do TJ-MA – aceitou a proposta e, em 10 de março de 2005, deu um cheque (nº 850529, do Banco do Brasil, agência de Gonçalves Dias) de R\$ 2 mil a João Ramos Ribeiro, que teria sacado o dinheiro na agência menciona-

da e assinado um comprovante do valor recebido. Após isso, o “negócio” teria sido concretizado no próprio gabinete do juiz Thales Ribeiro, no Fórum de Dom Pedro.

Finalmente, Maria Antonia declarou à Corregedoria do TJ que o juiz Thales Ribeiro é “completamente louco” e “um homem perverso”, pois, segundo ela, “saqueou”, em 2006, uma de suas farmácias em Dom Pedro, retirando do estabelecimento todos os medicamentos – inclusive cosméticos – e levando-os para o Fórum.

O depoimento de Maria Antonia de Sousa Coelho foi ouvido, na época, por quatro juízes auxiliares da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão: Marcelo Carvalho Silva, Maria das Graças de C. Mendes, José Bernardo Silva Rodrigues e Josemar Lopes Santos.

Não houve punição ao juiz Thales Ribeiro, por parte do TJ, neste caso. Há aproximadamente 15 dias, o magistrado resolveu processar a denunciante por “danos morais”.



Nº	RECIBO	Valor	2.000,00
Recibi (tenos) de <u>Maria Antonia de Sousa Coelho</u>			
Endereço <u>Rua Humberto de Campos 70 48</u>			
A importância de <u>um cheque nº 850529</u>			
Referência			
Para maior ciência firm _____ o presente			
<u>19. Junho 10</u> de <u>março</u> de <u>2005</u>			
Emitente	CPF/RG		
Endereço			
Assinatura	<u>João Ramos Ribeiro</u>		

O juiz Thales Ribeiro e recibo dos R\$ 2 mil supostamente pagos pelos remédios apreendidos

Juiz só recebeu, até agora, punições leves do TJ-MA

O juiz Thales Ribeiro já foi julgado duas vezes pelo tribunal por condutas impróprias. Nas duas ocasiões, recebeu punições leves - uma advertência e uma censura.

A advertência foi aplicada em março de 2009, como resultado do julgamento no TJ referente a uma constatação da Controladoria Geral da União (CGU), em maio de 2007. A CGU relatou que Thales Ribeiro teve despesas com hospedagem no Fiori Palace Hotel, de Dom Pedro, pagas pela prefeitura local (então, administração José de Ribamar Costa Filho, do PSC) com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

De acordo com a CGU, "foram pagas, ilegalmente, 330 diárias, referentes à estada do juiz em hotel na sede do município, nos meses de setembro/2005, outubro/2005, novembro/2005, dezembro/2005, abril/2006, maio/2006, junho/2006, julho/2006, agosto/2006, setembro/2006 e outubro/2006, com recursos do Fundef".

O órgão informou, ainda, que "essas diárias redundaram num valor total de R\$ 6.600".

Na época, Thales Ribeiro se defendeu dizendo que houve um equívoco por parte do hotel e da prefeitura. "Aviso sempre lá no hotel que, se estiver lotado, que retire minhas roupas, coloquem numa mala e alugue o quarto", disse o juiz. Ele disse que, como não estava hospedado, o hotel teria disponibilizado o local para uma pessoa que estava prestando trabalho para a prefeitura. Com isso, segundo ele, a cobrança de suas diárias acabou sendo depositada na conta da prefeitura.

Em maio deste ano, o TJ impôs pena de censura a Thales Ribeiro pelo fato de ele não morar em Dom Pedro, comarca em que atua, e dar aulas numa faculdade particular em São Luís.

Ele atuou como professor universitário durante um ano, sem o conhecimento e autorização da Corte. O procedimento contraria a Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional).

A maioria dos desembargadores acompanhou o voto do relator Benedito de Jesus Guimarães Belo, que seguiu o parecer do Ministério Público estadual.

"Que a penalidade sirva de exemplo a outros magistrados que não moram na sua comarca de trabalho", afirmou na época o desembargador Antonio Guerreiro Júnior, corregedor-geral de Justiça.

Desembargadores preocupados - No início deste mês, os desembargadores Lourival Serejo, José Joaquim Figueiredo, Cleones Cunha e Cleonice Freire disseram estar preocupados com a situação da Comarca de Dom Pedro e as seguidas exposições negativas do juiz Thales Ribeiro de Andrade na mídia. Os magistrados afirmaram estar confiantes de que a Corregedoria do TJ-MA acompanhe o caso com atenção.

"É a imagem do Judiciário que está em evidência na sociedade", disse Lourival Serejo, o primeiro a levantar a questão na abertura da sessão plenária administrativa de 3 de novembro, presidida pela vice-presidente do TJ-MA, Cleonice Freire.

O corregedor Antonio Guerreiro Júnior determinou a abertura de procedimento administrativo contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, no dia 22 de outubro, por supostas irregularidades

no exercício da magistratura.

Na denúncia mais conhecida, Thales Ribeiro é acusado de, a pedido da prefeita municipal [Arlene Costa, do PDT], determinar ao delegado de polícia de Dom Pedro, Otávio Cavalcante Chaves Filho, cumprir mandado de busca e apreensão, executando ação ordinária proposta pelo município contra o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Dom Pedro, Joselândia, Santo Antonio dos Lopes e Senador Alexandre Costa.

A operação culminou com a apreensão de uma moto de Ivanildo Rosa Sobral, cunhado de Vera Alves, presidente da entidade.

A execução foi em decorrência de o juiz ter declarado irregular greve deflagrada pelos professores de Dom Pedro. A sindicalista revelou que a apreensão do veículo foi uma maneira encontrada pelo magistrado de cobrar uma dívida de R\$ 70 mil, aplicada contra ela, referente a uma multa diária de R\$ 5 mil, imposta em 27 de setembro.

Investigadores da Polinter capturam 'Filho do Padre'

Policiais da equipe de capturas da Polinter prenderam, por volta das 16h de ontem, no Habitacional Turu, Fernando Castelo Branco Furtado (foto), o 'Filho do Padre'. Ele estava com mandado de prisão decretado pela Justiça, por ter sido condenado, em junho deste ano, pelo crime de roubo qualificado e estelionato.

De acordo com a polícia, o 'Filho do Padre' foi condenado a 10 anos de reclusão, no dia 14 de junho de 2010; e, desde então, estava foragido. A polícia chegou até o acusado depois de receber informações obtidas por meio do serviço do Disque Denúncia (3223-5800). O mandado de prisão por sentença foi decretado pelo juiz Raimundo José Barros de Sousa, da 9ª Vara Criminal.

Fernando Castelo Branco teria cometido os crimes de roubo qualificado e estelionato no dia 3 de janeiro de 2001, contra Manoel Casemiro Sousa. Fernando foi preso no interior de sua residência, localizada na Rua 6, quadra 6, casa 30 – Habitacional Turu. *(Por Gabriela Saraiva)*



OPOSIÇÃO VAI TENTAR BARRAR NA JUSTIÇA CANDIDATURA DO ATUAL REITOR DA UEMA

Integrantes do Movimento de Oposição – constituído de professores, servidores técnico-administrativos e alunos da Universidade Estadual do Maranhão – informaram ontem à noite que irão ingressar hoje com um mandado de segurança na Justiça para tentar impedir a candidatura do atual reitor da Uema, José Augusto Silva Oliveira.

Na semana passada, os oposicionistas, argumentando a necessidade de “garantir a democracia e lisura do processo eleitoral”, impugnaram a candidatura do reitor José Augusto Silva Oliveira, sob o argumento de que a pretensão dele de amealhar um terceiro mandato é totalmente “incabível e antidemocrática”.

O Movimento de Oposição divulgou um manifesto denunciando que o Governo do Estado está provendo um processo totalmente irregular para a escolha do novo reitor da Uema, que deverá acontecer no próximo dia 24 de novembro.

Quanto à pretensão do atu-

al reitor de conquistar um terceiro mandato, os oposicionistas alegam que, do ponto de vista do direito e das normas que regulam o funcionamento da Universidade, essa manobra não haverá de prosperar, haja vista que o artigo 19 do Estatuto da Uema é bastante claro quando assevera que “será de quatro anos o mandato de reitor e do vice-reitor, permitida uma única recondução”.

O movimento de oposição na Uema chama a atenção da sociedade e da comunidade universitária para essa tentativa de uma espécie de golpe civil originado no interesse meramente pessoal do atual reitor José Augusto. Em 2002, o reitor foi eleito vice-reitor na chapa com Waldir Maranhão, assumindo em abril de 2006 o cargo de reitor plenamente quando Waldir Maranhão se desincompatibilizou para concorrer ao cargo de deputado federal.

Nas eleições para o reitorado em 2006, o professor José Augusto foi reeleito com o seu vice, o professor Gustavo Perei-

ra da Costa, devendo os dois ficar no exercício de seus mandatos até o dia 31 de dezembro deste ano.

“Ao que parece, o professor José Augusto quer se perpetuar na reitoria da Uema e se tornar uma espécie de caudilho, bem ao sabor dos políticos autoritários e sedentos de poder, a qualquer preço”, diz o documento do movimento de oposição.

O diretor do Sintuema e ex-presidente do sindicato Walber Tomé garante que o movimento de oposição da Uema – constituído de professores, servidores técnico-administrativos e alunos – exigirá o respeito à democracia interna e não aceitará os casuísmos e o descumprimento do Estatuto e das normas da universidade e fará tudo o que estiver ao seu alcance para garantir a lisura e a transparência do pleito para que não se repitam as fraudes que ocorreram em outras eleições para reitor da Uema, a exemplo do pleito de 2002, quando o atual reitor foi “eleito” como vice-reitor do então reitor Waldir Maranhão.

■ Preenchimento de vaga

O Tribunal de Justiça decidiu, por maioria, que a 7ª Vara Criminal da capital será preenchida pelo critério de remoção por merecimento. A unidade estava sem titular desde março, quando o juiz Reinaldo de Jesus Araújo foi colocado em disponibilidade compulsória pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O juiz José Santos Costa passou a responder pela vara em abril, por indicação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

A decisão plenária administrativa dessa quarta-feira, 17, seguiu o entendimento do presidente do TJMA, Jamil Gedeon, e do corregedor, ambos favoráveis ao preenchimento da vaga.

O exame de aspectos da questão foi um dos temas dominantes da sessão. "Caso ocorra o retorno de Reinaldo de Jesus Araújo à magistratura, o magistrado que estiver ocupando a 7ª Vara Criminal será colocado em disponibilidade não punitiva, até o surgimento de nova vaga em vara da capital", entendem Guerreiro Júnior e o desembargador Cleones Cunha.

Tribunal de Justiça entrega Juizado de São José de Ribamar reformado.

O Tribunal de Justiça entregou, ontem, as novas instalações do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar. O prédio foi reformado e ampliado para oferecer melhores condições de atendimento à comunidade. A partir desta sexta-feira o juizado retoma as suas atividades suspensas com a mudança para a nova sede.

A reforma seguiu padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais em todo o Estado. Em 189 m² de área, a estrutura do imóvel foi adaptada para atender de forma satisfatória à demanda judicial local, de duas mil ações virtuais e 600 processos físicos. A unidade passa a ter oito novas dependências como duas salas de audiências, reclamação, conciliação, recepção, secretaria, assessoria e gabinete do juiz.

O prédio recebeu novas instalações elétricas, hidráulicas, lógica e telefonia; também foram colocadas novas divisórias; balcão de atendimento e sanitários

adaptados para pessoas com deficiência.

Com a inauguração, o presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, cumpriu mais uma etapa do cronograma de obras planejadas para o biênio 2010-2011, que inclui a instalação de novas unidades jurisdicionais em todo o Estado, que irá dotar as varas e juzizados de melhores condições de funcionamento, com repercussão positiva na qualidade do atendimento prestado ao cidadão.

O juiz titular, Marcelo Libério, informou que o juizado funcionava antes junto ao fórum, mas o espaço era insuficiente por conta do aumento da demanda no órgão, de cerca de 200 novos processos ao mês.

O prefeito de São José de Ribamar, Luís Fernando Silva, aproveitou para solicitar ao presidente do TJ a viabilização da 3ª vara para a comarca. O desembargador Jamil Gedeon, por sua vez, assumiu o compromisso de instalar a nova vara até o dia 20 de dezembro.

4ª Vara Cível da capital lidera pendências da Meta 2 do CNJ

A 4ª Vara Cível de São Luís detém o maior número de processos da Meta 2 do CNJ, relativa a 2010. Com 553 processos, a unidade passa a ocupar o primeiro lugar no ranking de pendências no cumprimento da exigência do Conselho Nacional de Justiça, seguida pela 2ª Vara de Pedreiras (518 processos) e pela 1ª Vara de Barra do Corda (501 processos).

As informações são do juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e coordenador estadual do cumprimento de Metas do CNJ, José Nilo Ribeiro Filho. Por orientação do corregedor Antonio Guerreiro Júnior, o juiz irá divulgar lista semanal reunindo dados fornecidos pelas secretarias judiciais de cada vara.

A lista atual mostra 231 varas e saldo negativo de 22.131 processos. Eram 24.515 na contagem anterior e 15.125 na primeira lista.

Em levantamento no início de novembro (dia 5), a liderança era da 3ª Vara de Pedreiras, com 757 processos. A vara hoje ocupa o 91º lugar, com 67.

Entre as varas da capital, além da 4ª Vara Cível a 6ª e a 7ª varas cíveis figuram entre as dez primeiras unidades judiciais com maior volume de pendências, respectivamente, com 476 e 433 processos.

A 2ª e a 9ª varas cíveis de São Luís estão empatadas com 362 processos e ocupam o décimo terceiro e décimo quarto lugares na lista.

VISITA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA CÂMARA AO MARANHÃO

DEPUTADOS FEDERAIS OUVEM OS DETENTOS DE PEDRINHAS



A comitiva de deputados federais formada por Domingos Dutra (PT-MA), Talmir Rodrigues (PV-SP), Fernando Gabeira (PV-RJ) e Geraldo Thadeu (PPS-MG) visitou, ontem, as instalações do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde inúmeros detentos foram ouvidos. O objetivo da ação é analisar as causas da rebelião da semana passada que resultou na morte de 18 detentos. ÚLTIMA PÁGINA

Deputados federais conversam com presos dentro e fora do xadrez, e ouvem relatos de violência

VISITA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA CÂMARA AO MARANHÃO

Deputados federais ouvem os detentos de Pedrinhas

POR JULLY CAMILO

A comitiva de deputados federais, formada por Domingos Dutra (PT-MA), Talmir Rodrigues (PV-SP), Fernando Gabeira (PV-RJ) e Geraldo Thadeu (PPS-MG), visitou durante toda a manhã de ontem, as instalações do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde inúmeros detentos foram ouvidos. O objetivo da ação proposta por Domingos Dutra – relator da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – é de analisar as causas da rebelião ocorrida na semana passada no complexo prisional, considerada a mais violenta na história do estado.

Segundo Domingos Dutra, a violência no Maranhão atingiu níveis elevados nos últimos meses, e é preciso um esforço concentrado do poder público para que os problemas na área de segurança sejam combatidos e solucionados. Ele ressaltou que o principal motivo para as rebeliões são fatores primordiais, como a superlotação, a falta de trabalho, a deficiência na assistência jurídica, os maus tratos e a descentralização da execução da pena. “O detento entra novo, não encontra trabalho para se ocupar e diminuir sua pena. Anos depois, sai velho, com ‘atestado de preso’ e sem capacitação. É claro que ele não vai arranjar trabalho lá fora. O sistema penitenciário está sucateado e o governo precisa acordar, caso contrário violências como a praticada na recente rebelião serão banalizadas pela sociedade”, declarou Dutra.

De acordo com o deputado, existe justificativa para a rebelião, mas não para os assassinatos cometidos no motim. Dutra afirmou que as alegações dos internos se dão pela existência de apenas um juiz na Vara de Execuções Penais, pela falta de local para as visitas íntimas, bem como a precariedade do abastecimento de água e a regionalização dos apenados. “Se o preso comete um delito em Imperatriz, ele não deve vir para a cadeia da capital, que já está superlotada. A maioria deles é de origem humilde. Se a família manda um remédio, não chega; se vem com alimento, não entra. Fica tudo muito difícil. Encontramos celas fechadas com algemas pela falta de cadeados e pessoas com tuberculose dividindo o espaço físico com pelo menos outros 10 detentos”, disse o parlamentar.

O presidente da comissão, Talmir Rodrigues, disse que rebeliões são normais, mas a barbárie praticada na capital não é comum e isso deixa uma marca ruim não só para o Maranhão como para o país.

Ele afirmou que o sistema carcerário caótico tornou-se uma preocupação de âmbito internacional, uma vez que instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) passaram a olhar também para o problema e a exigir soluções.

“Devido às condições desumanas dentro dos presídios, menos de 1% dos presos consegue se recuperar no país. O problema é que, além da falta de uma atuação efetiva do governo, o Poder Judiciário também não

cumpra devidamente o seu papel, de pelo menos uma vez por mês os promotores ou juízes visitarem as penitenciárias, a fim de averiguar e emitir relatórios sobre a situação prisional nas unidades. Essa situação culmina, mais cedo ou mais tarde, em carnificinas, como a ocorrida aqui no Maranhão”, analisou Rodrigues.

Celulares – No início da manhã de ontem, quatro celulares foram encontrados no Complexo de Pedrinhas, durante uma visita. O secretário de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, afirmou que o complexo é rodeado por invasões, o que acaba facilitando a entrada dos aparelhos móveis. Ele disse, ainda, que a superlotação é notória e destacou que no Centro de Detenção Provisória (CDP) e na Casa de Detenção (Cadet), que têm capacidade para 400 presos, hoje abrigam mais de 600.

“O governo e o sistema penitenciário abriram as portas para a comitiva de parlamentares, que tem o intuito de nos ajudar a solucionar os problemas, bem como propor sugestões que podem ser trabalhadas para melhorar a nossa realidade prisional. A superlotação não acontece apenas do Maranhão – é um problema que assola todo o país”, disse Serejo.

Capital versus Interior – Durante a visita dos parlamentares a Pedrinhas, ontem, presos da capital afirmaram que não possuem rivalidade com os detentos do interior, mas declararam que, devido à falta de espaço físico no Complexo de Pedrinhas, não acham correto que estes últimos

sejam transferidos para São Luís.

Já um grupo do interior – que, assim como o primeiro, não quis se identificar – relatou que a rivalidade ocorre porque os internos de outros municípios não aceitam e não praticam assaltos entre si, diferentemente do que ocorre nos pavilhões onde são mantidos os presos da capital. “Aqui a gente tenta sobreviver todos os dias e nos protegemos da galera de São Luís, pois eles roubam uns aos outros e isso não aceitamos entre nós. Não somos daqui, não temos dinheiro, nem parentes. Quando nos trazem algo os ‘caras’ ainda querem tomar, isso não aceitamos”, declarou um detento da Baixada Maranhense.

Os deputados explicaram que após as visitas, outras entidades, bem como as famílias dos presos, também serão ouvidas pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Posteriormente, será produzido um relatório, dirigido ao governo estadual e ao Tribunal de Justiça do Estado, no qual serão expostos os problemas detectados.

Em último caso, serão notificadas as organizações internacionais, como forma de pressionar o poder público a garantir os direitos dos detentos, garantidos na Constituição Federal.

Os parlamentares investigaram, ainda, os assassinatos do líder quilombola Flaviano Neto (assassinado neste mês em São Vicente Ferrer), do prefeito de Presidente Vargas, Bartolomeu Santos Aguiar (ocorrido em 2007) e do cabo Paulino José da Silva Sodré, da Polícia Militar (que aconteceu em maio deste ano).